



7

Homicídios de jovens em Salvador e as novas tessituras das cidades¹

Márcia Esteves de CALAZANS

Doutora em Sociologia – UFRGS. Professora no Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador – Bahia. Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles INCT-CNPq. Coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Violências, Democracia, Controle Social e Cidadania UCSAL/CNPq.

Maria Cecília L. MORAES: leimo7@hotmail.com

¹Este trabalho contou com a valorosa colaboração de Paula Melo e Rafael Casais, bolsistas de Iniciação Científica junto ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Violências, Democracia, Controle Social e Cidadania UCSAL/CNPq



É indiscutível a centralidade e relevância da questão da violência e segurança pública no Brasil contemporâneo. Ainda que os homicídios não expressem a criminalidade urbana em sua totalidade, apontam significativos contornos desta. Os números são elevados, os jovens, sobretudo, são atores principais, ou seja, atingem uma categoria bem definida – jovens negros – e localizam-se em determinadas áreas integradas de segurança pública. Ou seja, ao mesmo tempo em que dão visibilidade à desigualdade no que diz respeito ao acesso desta população a serviços, também o fazem quanto à forma como a violência é distribuída na metrópole e como a política pública de segurança intervém no território. Se por um lado a violência letal aponta uma categoria social bem definida, levando ao risco de uma associação à imagem da periferia, por outro é importante pensarmos que se trata de uma temática urbana, da vida nas cidades, como a garantia de direitos fundamentais, o acesso a serviços tais como saúde, educação, saneamento, cultura, esporte e lazer.

Em recente estudo, Waiselfisz (2013) aponta que as causas externas na população jovem são responsáveis por 73,6% das mortes. Em alguns Estados como Alagoas, Bahia, Pernambuco, Espírito Santo e no Distrito Federal, mais da metade das mortes de jovens foi provocada por homicídio. Além dessas mortes, acidentes de transporte são responsáveis por mais 19,3% dos óbitos juvenis, e suicídios adicionam ainda 3,9%.

Em conjunto, essas três causas são responsáveis por quase dois terços (62,8%) das mortes dos jovens brasileiros. Segundo o autor, o jovem do Norte e Nordeste do país colocase em proporções bem mais elevadas, não somente por causas externas, mas também por causas naturais, o que pode evidenciar o acesso e precariedade do sistema de saúde nesta região. Respectivamente, são 77 e 23% na população jovem, ficando os homicídios com 50,7% na morte por causas externas.

Conforme o autor, esse diferencial nos ritmos de evolução da mortalidade indica a existência de processos diversos. Isso se deve ao fato de as características da mortalidade juvenil não terem permanecido congeladas ao longo do tempo, mas mudado radicalmente sua configuração a partir do que poderíamos denominar “novos padrões da mortalidade juvenil”. Esse novo padrão evidencia a morte por causas externas e o maior responsável são os homicídios.

A Bahia está entre os cinco Estados que mais sofreram com o aumento da violência na década, sendo um dos que apresentou as mais altas taxas de homicídios, com 195% – entre os anos 2000 e 2010.

Reconhecendo a centralidade desta temática no cenário atual, o presente artigo se propõe a analisar o significado das novas políticas públicas de segurança centradas na questão do



território, a partir dos primeiros resultados de uma pesquisa em curso na cidade de Salvador: *Organização Social do Território: Homicídios de Jovens em Salvador*.

Refletir, sobretudo, em que medida os novos padrões da mortalidade juvenil, que vêm se desenhando em Salvador, têm sido impactados pelas novas políticas públicas de segurança.

Assim, este capítulo se propõe analisar as taxas de homicídios em Salvador no período de 2010-2011, partindo dos indicadores apresentados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, considerando as áreas integradas de segurança pública.

Na Portaria nº 184, de 21 de março de 2007, o secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia fixa as áreas integradas de Segurança Pública para atuação das unidades operacionais da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Considerando a necessidade de dar consecução aos trabalhos de integração operacional entre os órgãos que compõem o Sistema Estadual da Segurança Pública; Considerando que o aumento e migração populacional geram problemas de ordem estratégicas, táticas e operacionais; Considerando que o geoprocessamento dará maior visibilidade ao processo de integração entre os órgãos e em consequência melhores resultados; Considerando que o controle da violência e da criminalidade por meio da soma de esforços, prescinde de atuação planejada e integrada; Considerando a deliberação de ampliar a eficiência policial; Considerando a necessidade de se reduzir a criminalidade, em todas as suas formas. R E S O L V E: I – Fixar (21) vinte e uma Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) na cidade do Salvador, que serão compostas pelas localidades inseridas em cada área e limitadas pelos logradouros abaixo da forma que se segue [...]

A partir de então a cidade passa a ser dividida em áreas integradas de segurança pública (AISP), definindo a inclusão de bairros e delimitando os limites territoriais dessas para as competências da Polícia Civil e da Polícia Militar e é lá onde se materializa a política pública de segurança.

Como em outras metrópoles brasileiras, as taxas de homicídios vêm se mostrando crescentes em determinadas AISP da cidade de Salvador.

Escolhemos as áreas AISP 13 e AISP 16 pelo fato de estas apresentarem no período 2010-2011 taxas elevadas. E considerando que houve alteração na base da metodologia, sobretudo quanto à circunscrição do campo – mas considerando tais alterações – levamos em conta as regiões e bairros que as definiam para 2012. E estas também apresentaram elevação. Em que pese, grosso modo, apresentar redução no cômputo geral das taxas para a cidade e em uma AISP, não podemos interpretar tais reduções necessariamente como impacto da política pública de segurança e das bases comunitárias de segurança. E, ainda, podemos afirmar que há



concentração de homicídios em determinadas áreas integradas de segurança pública, como no caso das AISP em questão.

No entanto, devemos considerar a fragilidade da fonte, pois a Secretaria de Segurança do Estado da Bahia vem, sistematicamente, alterando o desenho das AISP, o que resulta em um “embaralhar as cartas” quando se trata de analisar a evolução dos dados, pois há uma troca sistemática na base da circunscrição, a saber, a circunscrição territorial das áreas integradas e o número correspondente as AISP. Destacamos que no período de 2010-2011 identificam-se como AISP 16 os bairros Periperi, Fazenda Coutos, Paripe, Ilha Amarela, Rio Sena, Praia Grande, mas em 2012 passa a ser o bairro da Pituba²⁷.

Portanto, se o leitor consultar a base de dados disponibilizada no site da Secretaria de Segurança Pública da Bahia do ano de 2012, deve tomar cuidado e considerar que atualmente a AISP 11 (2012) Tancredo Neves corresponde à antiga AISP 13 (2010-2011). E hoje a AISP 5 (2012) Periperi corresponde à antiga AISP 16 (2010-2011). Desta forma, se utilizarmos a fonte da Secretaria de Segurança Pública sem esta informação (a qual não está no site da mesma, ainda que os dados lá estejam), à primeira vista parecerá que houve significativa redução nas taxas de homicídios dolosos, o que não é verdade. Considerando esta informação, observar no quadro a seguir as AISP 11 (TANCREDO NEVES: Granjas Rurais Presidente Vargas, Jardim Santo Inácio, Calabetão, Mata Escura, Sussuarana, Nova Sussuarana, Novo Horizonte, Barreiras, Arraial do Retiro, Beiru/Tancredo Neves, Arenoso, Engomadeira, São Gonçalo, Cabula, Cabula VI, Resgate, Narandiba, Doron, Saboeiro, Pernambués, Saramandaia, Centro Administrativo da Bahia) e AISP 05 (PERIPERI: Ilha de Maré, São Tomé, Paripe, Fazenda Coutos, Coutos, Nova Constituinte, Periperi, Praia Grande, Rio Sena, Alto da Terezinha, Itacaranha, Plataforma, São João do Cabrito, Alto do Cabrito, Lobato, Santa Luzia) para o ano de 2012.

Ao observarmos as tabelas da distribuição dos homicídios em Salvador, é possível asseverar que os crimes

²⁷ Importante observar que para os anos de 2010 e 2011 a AISP 13 corresponde a TANCREDO NEVES: Narandiba, Engomadeira, Tancredo Neves, Doron, São Gonçalo do Retiro. E AISP 16 – PERIPERI: Periperi, Fazenda Coutos, Paripe, Ilha Amarela, Rio Sena, Praia Grande. No novo desenho das AISP para 2012, a AISP 13 – CAJAZEIRAS corresponde a Águas Claras, Cajazeiras II, Cajazeiras IV, Cajazeiras V, Cajazeiras VI, Cajazeiras VII, Cajazeiras VII, Cajazeiras X, Cajazeiras XI, Fazenda Grande I, Fazenda Grande II, Fazenda Grande III, Fazenda Grande IV, Jaguaripe e Boca da Mata. Já a AISP 16 – PITUBA: Pituba, Caminho das Árvores e Itaipara.



contra a pessoa estão sobremaneira concentrados na periferia da cidade.

Vejam os homicídios dolosos em Salvador, referente ao ano de 2012²⁸:

²⁸ **AISP 1** – BARRIS: Barris, Centro, Canela, Garcia, Centro Histórico, Santo Antônio, Tororó, Nazaré, Saúde, Macaúbas, Barbalho e Baixa de Quintas. **AISP 2** – LIBERDADE: Liberdade, Curuzu, Santa Mônica, Pero Vaz, IAPI, Lapinha, Caixa D'Água, Pau Miúdo, Baixa de Quintas, Cidade Nova. **AISP 3** – BOMFIM: Ribeira, Mangueira, Caminho de Areia, Monte Serrat, Bonfim, Massaranduba, Boa Viagem, Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro, Roma, Uruguai, Mares, Calçada, Comercio, Santa Luzia. **AISP 4** – SÃO CAETANO: Retiro, Fazenda Grande do Retiro, Bom Juá, São Caetano, Capelinha, Boa vista de São Caetano, Campinhas de Pirajá, Marechal Rondon, Pirajá. **AISP 5** – PERIPERI: Ilha de Maré, São Tomé, Paripe, Fazenda Coutos, Coutos, Nova Constituinte, Periperi, Praia Grande, Rio Sena, Alto da Terezinha, Itacaranha, Plataforma, São João do Cabrito, Alto do Cabrito, Lobato, Santa Luzia. **AISP 6** – BROTAS: Brotas, Boa Vista de Brotas, Engenho Velho de Brotas, Acupe, Candéal, Santo Agostinho, Cosme de Farias, Matatu, Vila Laura, Luiz Anselmo. **AISP 7** – RIO VERMELHO: Federação, Engenho Velho da Federação, Alto das Pombas, Calabar, Ondina, Rio Vermelho. **AISP 8**: Moradas da Lagoa, Valéria, Palestina. **AISP 9** – BOCA DO RIO: Pituaçu, Imbuí, Boca do Rio, STIEP, Jardim Armação, Costa Azul. **AISP 10** – PAU DE LIMA: Castelo Branco, Dom Avelar, Porto Seco Pirajá, Vila Canária, Jardim Cajazeiras, Pau da Lima, São Marcos, Sete de Abril, Jardim Nova Esperança, Novo Marotinho, Canabrava, Nova Brasília, Trobogy, Vale dos Lagos, São Rafael. **AISP 11** – TANCREDO NEVES: Granjas Rurais Presidente Vargas, Jardim Santo Inácio, Calabetão, Mata Escura, Sussuarana, Nova Sussuarana, Novo Horizonte, Barreiras, Arraial do Retiro, Beiru/Tancredo Neves, Arenoso, Engomadeira, São Gonçalo, Cabula, Cabula VI, Resgate, Narandiba, Doron, Saboeiro, Pernambuco, Saramandaia, Centro Administrativo da Bahia. **AISP 12** – ITAPUÃ: Nova Esperança, Cassange, Itinga, Jardim das Margaridas, São Cristovão, Mussurunga, Aeroporto, Stella Maris, Itapuã, Piatã, Bairro da Paz, Patamares. **AISP 13** – CAJAZEIRAS: Águas Claras, Cajazeiras II, Cajazeiras IV, Cajazeiras V, Cajazeiras VI, Cajazeiras VII, Cajazeiras VIII, Cajazeiras X, Cajazeiras XI, Fazenda Grande I, Fazenda Grande II, Fazenda Grande III, Fazenda Grande IV, Boca da Mata, Jaguaripe I. **AISP 14** – BARRA: Vitória, Graça, Barra. **AISP 15** – NORDESTE AMARALINA: Chapada do Rio Vermelho, Santa Cruz, Vale das Pedrinhas, Nordeste de Amaralina, Amaralina. **AISP 16** – PITUBA: Caminho das Árvores, Itagira, Pituba.

Tabela 1: Homicídios dolosos em 2012

HOMICÍDIOS DOLOSOS 2012																	
	AISP 01	AISP 02	AISP 03	AISP 04	AISP 05	AISP 06	AISP 07	AISP 08	AISP 09	AISP 10	AISP 11	AISP 12	AISP 13	AISP 14	AISP 15	AISP 16	TOTAL
JANEIRO	7	10	9	13	23	4	5	6	9	17	14	16	11	1	0	0	145
FEVEREIRO	5	11	14	10	22	9	1	11	10	24	25	12	19	1	4	1	179
MARÇO	4	15	14	16	18	3	1	8	5	10	20	9	10	1	2	0	136
ABRIL	4	11	14	11	24	2	2	4	6	19	15	15	11	1	1	1	141
MAIO	4	14	10	11	13	5	5	3	0	10	20	13	7	0	1	0	116
JUNHO	4	8	6	10	15	4	3	1	7	1	20	13	7	0	1	0	100
JULHO	2	12	9	13	18	8	2	4	3	6	28	5	13	1	1	1	126
AGOSTO	8	10	8	11	24	11	0	3	3	9	14	16	12	0	2	0	131
SETEMBRO	3	9	10	9	24	8	4	2	7	6	23	11	11	0	5	0	132
OUTUBRO	5	7	10	10	20	2	0	3	4	7	20	13	10	0	3	1	115
NOVEMBRO	3	9	6	13	21	2	1	7	2	15	17	20	5	0	5	1	127
DEZEMBRO	6	11	6	9	21	7	0	5	1	11	20	15	14	1	0	1	128
TOTAL	55	127	116	136	243	65	24	57	57	135	236	158	130	6	25	6	1.576

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia.

Para 2010 e 2011 podemos observar as AISPs 13 (Narandiba, Engomadeira, Tancredo Neves, Doron, São Gonçalo do Retiro, Resgat) e AISP 16 (Periperi, Fazenda Coutos, Paripe, Ilha Amarela, Rio Sena, Praia Grande), pois, conforme referido, nestas circunscrições a delimitação territorial compreende os mesmos bairros. Optamos trabalhar com 2010-2011 tendo em vista que há maior qualidade corresponde ano/espaço territorial.

Homicídios dolosos em Salvador – 2010²⁹

²⁹**AISP 1** – BARRA: Barra, Graça e Vitória. **AISP 2** – BARRIS: Barris, Canela, Garcia, Centro, Centro Histórico, Santo Antônio, Barbalho, Baixa de Quintas, Macaúbas, Saúde, Nazaré e Tororó. **AISP 3** – RIO VERMELHO: Federação, Engenho Velho da Federação, Alto das Pombas, Calabar, Ondina, Rio Vermelho, Nordeste de Amaralina. **AISP 4** – BOMFIM: Ribeira, Mangueira, Caminho de Areia, Monte Serrat, Bonfim, Massaranduba, Boa Viagem, Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro, Roma, Uruguai, Mares, Calçada, Comercio, Santa Luzia, Boa Vista de São Caetano. **AISP 5** – BROTAS: Santo Agostinho, Matatu, Vila Laura, Luiz Anselmo, Cosme de Farias, Boa Vista de Brotas, Engenho Velho de Brotas, Acupe, Brotas e Candéal. **AISP 7** – LIBERDADE: Liberdade, Curuzú, Santa Mônica, Pero Vaz, IAPI, Lapinha, Caixa D'Água, Pau Miúdo, Baixa de Quintas e Cidade Nova. **AISP 8** – PITUBA: Pituba, Caminho das Árvores e Itaipara. **AISP 10** – SÃO CAETANO: Pirajá, Marechal Rondon, Campinas de Pirajá, Boa Vista de São Caetano, Capelinha, São Caetano, Bom Juá, Fazenda Grande do Retiro e Retiro. **AISP 12** – BOCA DO RIO: Costa Azul, STIEP, Jardim Armação, Boca do Rio, Imbui, Pituçu. **AISP 13** – TANCREDO NEVES: Granjas Rurais Presidente Vargas, Jardim Santo Inácio, Calabetão, Mata Escura, Sussuarana, Nova Sussuarana, Novo

Tabela 2: Homicídios dolosos em 2010

HOMICÍDIOS DOLOSOS 2010																	
	AISP 1	AISP 2	AISP 3	AISP 4	AISP 5	AISP 6	AISP 7	AISP 8	AISP 10	AISP 12	AISP 13	AISP 16	AISP 17	AISP 18	AISP 19	AISP 20	TOTAL
JANEIRO	1	7	4	7	8	6	11	0	8	6	23	30	13	10	11	10	155
FEVEREIRO	1	2	3	11	0	1	14	0	10	2	17	21	21	13	5	4	125
MARÇO	1	1	4	13	14	8	20	0	26	4	10	29	12	13	11	12	178
ABRIL	0	2	5	10	2	0	11	1	15	1	15	27	13	15	8	11	136
MAIO	0	2	1	13	4	6	14	1	16	7	20	27	25	15	10	10	171
JUNHO	1	4	3	8	7	6	8	0	13	8	20	26	6	14	14	14	152
JULHO	0	0	1	8	12	5	2	2	10	7	18	17	21	8	7	4	122
AGOSTO	0	3	3	12	5	4	12	0	14	4	5	7	14	4	12	3	102
SETEMBRO	0	2	4	7	6	4	7	1	9	3	12	13	11	14	6	7	106
OUTUBRO	0	0	4	7	7	7	5	0	13	4	12	11	11	13	8	6	108
NOVEMBRO	2	6	4	7	5	4	10	1	9	5	13	18	10	15	6	12	127
DEZEMBRO	1	3	4	2	10	6	9	1	15	4	18	25	13	19	7	20	157
TOTAL	7	32	40	105	80	57	123	7	158	55	183	251	170	153	105	113	1639

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia.

Homicídios dolosos em Salvador – 2011³⁰:

Horizonte, Barreiras, Arraial do Retiro, Beiru/Tancredo Neves, São Gonçalo, Engomadeira, Arenoso, Cabula VI, Cabula, Resgate, Saboeiro, Doron, Narandiba, Pernambues, Saramandaia, Centro Administrativo da Bahia. **AISP 16** – PERIPERI: Ilha de Maré, São Tomé, Paripe, Fazenda Coutos, Nova Constituinte, Periperi, Praia Grande, Rio Sena, Alta da Terezinha, Itacarânia, Plataforma, São João do Cabrito, Alto do Cabrito, Lobato, Santa Luzia, Boa Vista de São Caetano. **AISP 17** – CIA: Moradas da Lagoa, Valéria e Palestina. **AISP 18** – PAU DA LIMA: Castelo Branco, Vila Canaria, Dom Avelar, Porto Seco Pirajá, Jardim Cajazeiras, Pau da Lima, São Marcos, Sete de Abril, Jardim Nova Esperança, Novo Marotinho, Canabrava, Nova Brasília, São Rafael, Vale dos Lagos, Trobogy. **ASIP 19** – CAJAZEIRAS: Águas Claras, Cajazeiras VI, Cajazeiras VII, Cajazeiras IV, Cajazeiras V, Cajazeiras II, Cajazeiras VIII, Cajazeiras X, Cajazeiras IX, Fazenda Grande I, Fazenda Grande II, Fazenda Grande III, Fazenda Grande IV, Jaguaripe I, Boca da Mata. **AISP 20** – ITAPUÃ: Nova Esperança, Cassange, Itinga, Jardim das Margaridas, São Cristóvão, Mussurunga, Aeroporto, Bairro da Paz, Stella Maris, Itapuã, Piatã, Patamares.

³⁰ **AISP 1** – BARRA: Barra, Graça e Vitória. **AISP 2** – BARRIS: Barris, Canela, Garcia, Centro, Centro Histórico, Santo Antônio, Barbalho, Baixa de Quintas, Macaúbas, Saúde, Nazaré e Tororó. **AISP 3** – RIO VERMELHO: Federação, Engenho Velho da Federação, Alto das Pombas, Calabar, Ondina, Rio Vermelho, Nordeste de Amaralina. **AISP 4** – BOMFIM: Ribeira, Mangueira, Caminho de Areia, Monte Serrat, Bonfim, Massaranduba, Boa Viagem, Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro, Roma, Uruguai, Mares, Calçada, Comércio, Santa Luzia, Boa Vista de São Caetano. **AISP 5** – BROTAS: Santo Agostinho, Matatu,

Tabela 3: Homicídios dolosos em Salvador – 2011

HOMICÍDIOS DOLOSOS 2011																	
	AISP 1	AISP 2	AISP 3	AISP 4	AISP 5	AISP 6	AISP 7	AISP 8	AISP 10	AISP 12	AISP 13	AISP 16	AISP 17	AISP 18	AISP 19	AISP 20	TOTAL
JANEIRO	4	1	3	7	8	5	12	1	15	4	11	19	15	10	7	11	133
FEVEREIRO	1	4	2	9	6	7	10	2	15	1	13	17	12	17	11	10	137
MARÇO	0	1	7	15	3	3	15	0	13	6	13	10	12	11	5	8	122
ABRIL	0	3	0	5	10	2	12	1	10	5	17	28	6	14	6	16	135
MAIO	3	2	5	9	4	0	10	0	11	2	30	27	10	8	8	9	138
JUNHO	0	2	4	7	6	1	9	0	9	2	20	22	5	18	6	15	126
JULHO	1	6	6	8	5	2	10	3	10	1	18	16	5	16	12	14	133
AGOSTO	3	3	3	6	4	5	6	0	16	4	28	16	10	15	9	4	132
SETEMBRO	0	2	1	5	3	0	6	1	10	4	13	18	15	19	9	12	118
OUTUBRO	0	4	4	7	1	0	9	1	20	12	16	14	9	10	11	6	124
NOVEMBRO	0	7	2	5	2	2	8	0	14	2	17	12	9	20	10	6	116
DEZEMBRO	1	1	2	10	5	2	14	1	12	4	10	6	12	14	6	10	110
TOTAL	13	36	39	93	57	29	121	10	155	47	206	205	120	172	100	121	1524

Fonte: Secretaria Estadual de Segurança Pública da Bahia

Vila Laura, Luiz Anselmo, Cosme de Farias, Boa Vista de Brotas, Engenho Velho de Brotas, Acupe, Brotas e Candeal. **AISP 7 – LIBERDADE:** Liberdade, Curuzú, Santa Mônica, Pero Vaz, IAPI, Lapinha, Caixa D'Água, Pau Miúdo, Baixa de Quintas e Cidade Nova. **AISP 8 – PITUBA:** Pituba, Caminho das Árvores e Itaigara. **AISP 10 – SÃO CAETANO:** Pirajá, Marechal Rondon, Campinas de Pirajá, Boa Vista de São Caetano, Capelinha, São Caetano, Bom Juá, Fazenda Grande do Retiro e Retiro. **AISP 12 – BOCA DO RIO:** Costa Azul, STIEP, Jardim Armação, Boca do Rio, Imbui, Pituacu. **AISP 13 – TANCREDO NEVES:** Granjas Rurais Presidente Vargas, Jardim Santo Inácio, Calabetão, Mata Escura, Sussuarana, Nova Sussuarana, Novo Horizonte, Barreiras, Arraial do Retiro, Beiru/Tancredo Neves, São Gonçalo, Engomadeira, Arenoso, Cabula VI, Cabula, Resgate, Saboeiro, Doron, Narandiba, Pernambues, Saramandaia, Centro Administrativo da Bahia. **AISP 16 – PERIPERI:** Ilha de Maré, São Tomé, Paripe, Fazenda Coutos, Nova Constituinte, Periperi, Praia Grande, Rio Sena, Alta da Terezinha, Itacaranha, Plataforma, São João do Cabrito, Alto do Cabrito, Lobato, Santa Luzia, Boa Vista de São Caetano. **AISP 17 – CIA:** Moradas da Lagoa, Valéria e Palestina. **AISP 18 – PAU DA LIMA:** Castelo Branco, Vila Canária, Dom Avelar, Porto Seco Pirajá, Jardim Cajazeiras, Pau da Lima, São Marcos, Sete de Abril, Jardim Nova Esperança, Novo Marotinho, Canabrava, Nova Brasília, São Rafael, Vale dos Lagos, Trobogy. **ASIP 19 – CAJAZEIRAS:** Águas Claras, Cajazeiras VI, Cajazeiras VII, Cajazeiras IV, Cajazeiras V, Cajazeiras II, Cajazeiras VIII, Cajazeiras X, Cajazeiras IX, Fazenda Grande I, Fazenda Grande II, Fazenda Grande III, Fazenda Grande IV, Jaguaripe I, Boca da Mata. **AISP 20 – ITAPUÃ:** Nova Esperança, Cassange, Itinga, Jardim das Margaridas, São Cristóvão, Mussurunga, Aeroporto, Bairro da Paz, Stella Maris, Itapuã, Piatã, Patamares.



CONSIDERAÇÕES SOBRE 2010 E 2011

A AISP 13 (Narandiba, Engomadeira, Tancredo Neves, Doron, São Gonçalo do Retiro, Resgat), nos anos de 2010-2011 teve um aumento de 58 homicídios, e a AISP 16 (Periperi, Fazenda Coutos, Paripe, Ilha Amarela, Rio Sena, Praia Grande) uma redução de 46 mortes por homicídio.

Em que pese a redução na AISP 16, a primeira hipótese alternativa que surge é que essa evolução poderia simplesmente acompanhar a tendência geral na cidade que apresenta redução. Isto é, se a violência letal estiver caindo na cidade, a redução dos homicídios nas AISP seria também esperada na ausência do programa e, portanto, não poderia ser atribuída a ele. Para poder concluir pelo impacto positivo de uma política pública, seria preciso evidenciar uma queda nas AISP e nas bases comunitárias superior à obtida na população em geral.

Considerando as alterações das AISP observamos que de 2010 a 2012, nessas localidades, as taxas de homicídios vêm aumentando. A AISP 13, de 2011 para 2012, teve um aumento de 30 mortes por homicídio doloso, e a AISP 16 um aumento de 38 mortes por homicídio doloso.

Portanto, ampliando a análise dos dados apresentados e considerando que a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia altera os territórios e as circunscrições das AISP, verificamos um aumento do número de homicídios nos territórios onde se situam os bairros considerados populares em contraponto aos espaços elitizados como, por exemplo, os bairros Caminho das Árvores e Graça. Localidades onde há maior densidade demográfica naturalmente tendem a sofrer com a abstenção do Estado, demonstrada na ausência de serviços básicos como direito à educação de qualidade, acessibilidade, habitação, segurança, etc. Essa população, não obstante os problemas popularmente conhecidos, é submetida a um processo de estigmatização, marginalização e criminalização através dos mais variados mecanismos de poder impostos muitas vezes por uma cultura do medo, que centraliza discursos discriminatórios, materializando a exclusão social.

Através das tabelas apresentadas percebemos a concentração de homicídios no subúrbio ferroviário. Distante do centro, essa zona, composta pelos bairros de Periperi, Fazenda Coutos, Paripe, Ilha Amarela, Rio Sena e Praia Grande, sofre com o processo de periferização, comum às cidades que se projetam como grandes centros urbanos. Esses bairros estão localizados nas extremidades da zona urbana, numa tentativa de distanciar suas realidades e problemáticas do modelo civilizatório, marcado pela especulação imobiliária que atua a serviço do neoliberalismo e da lógica do capital.

A taxa de homicídios em Salvador leva-nos à hipótese de que a ausência de garantia dos direitos fundamentais



propicia um cenário favorável às novas modalidades de relações sociais engendradas em um contexto de precariedade material e submissão simbólica. E uma vez que a política pública de segurança se materializa nas áreas integradas de segurança pública, podemos afirmar que ela não alcança o processo de desigualdade social, tampouco tem produzido impacto positivo na taxa de homicídios nesses territórios.

O Mapa da Violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil, segundo Waiselfisz (2013), cujos dados dialogam com informações coletadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde que seguem as orientações da Organização Mundial de Saúde quanto à forma de mensurar e ranquear os diversos países, Estados e municípios, tem como aceitável a taxa de dez mortes para cada cem mil habitantes.

As informações presentes colocam-nos em alerta uma vez que podemos observar que os dados de violência letal têm atingido majoritariamente homens, jovens, negros, pouca escolaridade e que vivem, em sua maioria, nas zonas periféricas de áreas integradas de segurança pública. E mais, observamos uma tendência de queda no número absoluto de homicídios na população branca e de aumento no número da população negra, compartilhada entre a população geral e a população jovem.

Entre 2002 e 2010 há uma evolução do número de homicídios no Brasil, passando de 45.997 casos para 49.203, em 2010, e as informações da raça/cor desses casos é, respectivamente, 41% branca e 58,6% negra (2002) e 28,5% branca e 71,1% negra, o que confirma a tendência já sinalizada anteriormente.

Observando os dados da Bahia no mapa da Violência 2012, constatamos que a cor e os índices dos homicídios no Brasil, em 2010, são os seguintes: 361 (branca) e 5.069 (negra), o que corresponde, respectivamente, a uma taxa de 11,7 e 47,3% da população branca e negra, que no Estado da Bahia relaciona-se a 22 e 78%. Isso demonstra o processo de desigualdade o qual a política pública de segurança não alcança, tampouco tem produzido impacto positivo nessas taxas. O poder estatal que deveria por atribuição do soberano – o povo – garantir os direitos fundamentais resguardados pela Constituição se expressa nesse campo de ação problemático com intervenções, na maioria das vezes, centradas na coerção, visando a estabelecer apenas os limites necessários à manutenção de sua legitimidade e confinamento desses atores em zonas periféricas de fácil manipulação. Segundo Costa, o Estado dribla suas responsabilidades concernentes à criminalidade, utilizando de discursos em que são relacionados intrinsecamente pobreza (causa) e criminalidade (efeito). Dessa forma, ainda segundo o autor, na estrutura urbanística da cidade, essas contradições são evidenciadas pela: (1) lógica das



áreas homogêneas, explicitadas pela segregação evidente no espaço urbano da cidade, e (2) pela ausência de operações públicas municipais de urbanização (COSTA, 2004).

A CIDADE E A POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA

Esta seção se propõe a analisar como as transformações das cidades para o século XXI e a nova política de segurança pública através do Pronasci e Planesp³¹ estão imbricadas. E, ainda, como a dimensão territorial articula essas relações materializadas nas áreas integradas de segurança pública.

Na virada do século assistimos a mudanças impulsionadas pelo fenômeno da globalização. Nos resultados iniciais desta pesquisa percebemos que a classe, idade, sexo, cor e a raça dos sujeitos estão imbricados na produção das taxas de homicídios e têm articulação direta com o território em questão. E tais territórios, AISP, sofrem intervenções espaciais distintas da própria política pública de segurança, assim essas áreas têm seus controles radicalmente separados e se encontram opostos uns aos outros. Esta oposição dá-se como uma fratura que assume a forma de antagonismo social, assim os defeitos estruturais do sistema de metabolismo social do capital, manifestam-se de várias formas. Dito de outra forma, como um instrumento da modernidade, as chamadas “cidades-modelo” são representativas da coerção estatal, trazendo consigo a burocracia e a racionalidade instrumental características do modo de produção capitalista, funcionando como um modelizador da subjetivação, enquanto dispositivo estratégico de um discurso dominante ocupa-se da sujeição subjetiva das próprias pessoas que a compõem, no intuito de prepará-las para o novo século XXI. E isso nos leva a refletir em que medida os novos padrões de mortalidade juvenil estão imbricados com a produção das novas cidades.

As chamadas “cidades-modelo” são imagens de marca construídas pela ação combinada de governos locais, junto a atores hegemônicos com interesses localizados, agências multilaterais e redes mundiais de cidades. A partir de alguns centros de decisão e comunicação que, em variados fluxos e interações, parecem conformar um campo político de alcance global, os atores que participam desse campo realizam as leituras das cidades e constroem as imagens, tornadas dominantes mediante estratégias discursivas, meios e instrumentos para sua difusão e legitimação em variadas escalas. (Sánchez, 2001, p. 31).

³¹ PRONASCI: Programa Nacional de Segurança com Cidadania; PLANESP: Plano Estadual de Segurança Pública.



Ainda segundo a autora, quando tomadas isoladamente, as imagens das “cidades-modelo” parecem, para o senso comum, apresentar dito estatuto de “modelos” como resultado apenas do desempenho dos governos das cidades que, através de “boas práticas”, conseguiram destacar-se na ação urbanística, ambiental ou nas práticas de gestão das cidades. Essa aparência constrói a representação do processo de transformação de determinados projetos de cidade em “modelos”, como processo que se dá de dentro para fora, como se fosse construído apenas e essencialmente a partir da ação local dos governos e cidadãos e, posteriormente, descoberto por agentes externos, difundido em outros âmbitos e escalas. E assim tem sido na esfera da política pública de segurança em que seus programas, sobretudo o Pronasci tem obtido reconhecimento por organismos internacionais nas avaliações das “boas práticas” – pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Em que pesem as altas taxas de homicídios presentes em determinados territórios urbanos, observamos que, no contexto da reinvenção das cidades em “cidades-modelos”, destinou-se a esses espaços principalmente a intervenção da política de segurança pública, através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

O Pronasci foi instituído em outubro de 2007 e começou a ser implementado em 2008, é recém-nascido. Seu objetivo é articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas. O principal impacto esperado com o Pronasci é a redução da violência letal no país. E tem quatro focos prioritários. O primeiro foco é o etário: jovens de 15 a 24 anos; segundo foco é o social: jovens e adolescentes egressos do sistema prisional ou em situação de moradores de rua, famílias expostas à violência urbana, vítimas da criminalidade e mulheres em situação de violência; terceiro foco é o territorial: regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos, e o quarto foco é o repressivo: combate ao crime organizado.

O impacto da inclusão de intervenções na dimensão espacial, através dos programas locais no interior do Pronasci, traduz e dá visibilidade às ações do urbanismo contemporâneo nas políticas de segurança pública. Já é conhecida a intervenção espacial e política pública de segurança em determinados territórios, pois, em certa medida, podemos observar nos projetos de requalificação urbana nos anos 1970, por exemplo, os quais tratavam de estratégias de gentrificação, o chamado Projeto Renascença. E mesmo nas décadas de 1990/2000 observamos intervenções deste tipo em algumas cidades impulsionadas pela especulação imobiliária. Nesse sentido não há uma linearidade, o que temos observado no país



são diferentes lógicas de intervenções na dimensão espacial, com a política pública de segurança. Cabe ressaltar que é no segundo governo Lula que o uso racional dos conceitos típicos de intervenção na dimensão espacial coloca-se como indissociável à estruturação de novos contornos para a política pública de segurança e reafirma e oficializa a inclusão da dimensão espacial na Política Nacional de Segurança Pública, através dos Programas Locais (Território de Paz; Integração do Jovem e da Família; Segurança e Convivência), os quais se materializam nas AISP e nas Bases Comunitárias de Segurança, e das ações estruturais: modernização das instituições de segurança pública e do sistema prisional; valorização dos profissionais de segurança pública e agentes penitenciários; enfrentamento à corrupção policial e ao crime organizado, sobre a vitimização e letalidades policiais. As bases comunitárias de segurança pública podemos dizer que estão imiscuídas entre os Programas Locais e Ações Estruturais.

Segundo Dias, Silva e Cordeiro (2011), na Bahia o Pronasci, enquanto nova forma de tratar a segurança pública, se dá, primeiramente, com a eleição do então governador Jacques Wagner (PT) em 2007, a criação do Plano Estadual de Segurança Pública (PLANESP 2008-2011) e, posteriormente, com o lançamento do Programa Pacto pela Vida em 2011 (que irá reverberar nas mais diversas ações). Ainda segundo os autores, o Planesp “apresenta a política de segurança pública do atual governo, consolidando suas diretrizes e principais ações até 2011, que já vêm sendo implantadas desde o início desta gestão” (PLANESP, 2008, p. 2).

Assim, a estratégia definida no programa nacional de segurança cidadã para se combater a violência se faz presente no Estado da Bahia através do Plano Estadual de Segurança Pública:

[...] Implementação de ações preventivas intra e interinstitucionais e ações repressivas, que considera também as diretrizes do Governo Federal através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, reveladas, neste plano, em duas diretrizes: Modernização do Sistema de Segurança Pública e valorização do servidor policial e redução da violência e da insegurança. (PLANESP, 2008, p. 2).

O Pacto pela Vida faz a interlocução do Programa Nacional de Segurança Cidadã e o Plano Estadual de Segurança Pública.

Conforme Dias, Silva e Cordeiro (2011), o Pacto pela Vida é um Programa de Estado lançado, oficialmente, em seis de junho de 2011, pelo governo da Bahia, inserindo-se em um pacote de ações na área da Segurança Pública, “que envolve a articulação entre sociedade, Ministério Público, Defensoria Pública e poderes Judiciário, Legislativo e Executivo Estadual, Federal e Municipais” (SECOM, 2011).



A liderança do Pacto “é feita diretamente pelo governador da Bahia, que dirigirá esforços de 13 Secretarias de Estado, com o objetivo principal de reduzir os índices de violência, com ênfase na diminuição dos crimes contra a vida e contra o patrimônio” (PACTO PELA VIDA, 2011, p. 2). E este se materializa através das AISP.

O Programa persegue os princípios do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e do Pronasci e, ainda, as resoluções das conferências estaduais.

Portanto, é nas AISP que se materializa a política pública de segurança, é onde serão realizados os projetos e ações do Programa como: prevenção social; ações de enfrentamento ao *crack* e outras drogas; meritocracia para as polícias e, finalmente, as Bases Comunitárias de Segurança. Ou seja, as AISP são o aspecto mais visível da política de segurança pública nacional e estadual. E agregam-se a essas intervenções na dimensão espacial, a saber: as bases comunitárias de segurança pública. Portanto, como dito anteriormente a recente política, possui conotação espacial, não se coloca como novo.

Conforme prescrito pela Política Pública de Segurança, a base comunitária de segurança tem como representação um equipamento de policiamento comunitário, cuja função dentro da política pública de segurança é promover a segurança e a convivência pacífica em localidades identificadas como críticas, visando à integração das instituições de segurança pública com a comunidade local, além de reduzir os índices de violência e criminalidade.

Na Bahia, já foram instaladas seis, a saber: Base Comunitária de Segurança do Calabar (27/04/11), Bases Comunitárias de Segurança do Complexo de Amaralina: Nordeste de Amaralina, Santa Cruz e Vale das Pedrinhas (27/09/11); Base Comunitária de Segurança de Fazenda Coutos (16/01/12); Base Comunitária de Segurança de Itinga (Lauro de Freitas) (15/08/12). Mas se os indicadores estão apontando o crescimento do índice de violência letal nas áreas estudadas, sugere que tais programas e política não estão se mostrando suficientes. E por não serem suficientes trazem ainda novos elementos, pois o processo de produção do espaço social é objetivo e subjetivo e as novas cidades-modelos têm priorizado a reorganização territorial. Segundo Sánchez (2001), como parte da racionalidade do capitalismo, potencializador desta reorganização territorial, com vistas à eficiência econômica –, introduz formas modernas de dominação. E, assim, a dimensão espacial ganha forma de representação de imagens adequadas, o que corrobora para percebermos a importância que tem adquirido a dimensão espacial através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania no contexto das “novas cidades”, a *city marketing* enquanto ferramenta de política pública.



Portanto, pensar as taxas de homicídios nas áreas integradas de segurança pública, sobretudo o crescimento destas taxas e quem está sob o risco maior de compor tais estatísticas, nos leva a pensar que as intervenções na dimensão espacial realizadas pela política pública de segurança compõe a eloquente oratória dos atores hegemônicos (agências multilaterais) ao que vem a ser um “governo mundial” e favorece a realização dos imperativos do capital.

Como afirma Sánchez:

Trata-se de uma retórica persuasiva que, em sua vertente urbana, configura uma agenda para as cidades, tornada dominante, com pautas definidas para ações e programas, em uma afirmação política da hegemonia do pensamento e ação sobre as cidades. Como instrumento de consolidação dessa agenda urbana, são desenvolvidas políticas de promoção e legitimação de certos projetos de cidade. Esses projetos são difundidos como emblemas da época presente. Sua imagem publicitária são as chamadas “cidades-modelo” e seus pontos de irradiação coincidem com as instâncias políticas de produção de discursos: governos locais em associação com as mídias; instituições supranacionais, como a Comunidade Europeia e agências multilaterais. (2001, p. 32).

Desta forma, assistimos a um fenômeno recente (Sánchez, 2001), que é a transformação das cidades em mercadorias, o que aponta que a mercantilização do espaço alcança outro patamar da realização do capitalismo. Enquanto orientação estratégica está além da importância que a simples venda de parcelas de espaço, uma vez que busca realizar a reorganização da produção subordinada às cidades e aos centros de decisão. E a segurança é um ativo desta escala de valor que evidencia um novo fenômeno do mercado de cidades, que é a produção global do espaço social.

A identificação desses elos políticos entre as agências multilaterais de cooperação e alguns dos principais ideólogos encarregados da difusão do “novo modelo de gestão urbana” (constitutivamente vinculado às representações e práticas da Cidade-mercadoria), permite-nos o entendimento das conexões entre o chamado “pensamento global” e a ideologia neoliberal. (Sánchez, 2001, p. 32).

Segundo a autora (2001, p. 32), a fase atual do capitalismo só se realiza produzindo um novo espaço, pressionado pelas novas exigências da acumulação, mediante suas lógicas e estratégias à escala mundial. Na produção desse espaço operam agentes e interesses combinados em diferentes campos políticos e arranjos territoriais para cada caso. Sujeitos, instituições, práticas e produtos circulam, de maneira relacionada, no âmbito de diferentes mercados, materiais e símbolos. Efetivamente, a análise do mercado de cidades permite identificar a produção, circulação e troca de bens materiais junto à produção, circulação e troca de imagens,



linguagens publicitárias e discursos. Assim, o mercado mundial de cidades é movido e, ao mesmo tempo, movimentando outros mercados, mercado de empresas com interesses localizados, empresas e corporações; mercado imobiliário; mercado de consumo; mercado do turismo; mercado de consultoria em planejamento, e ainda o chamado mercado das boas práticas.

O mercado das chamadas “boas práticas”: as agências multilaterais, sob manifestos objetivos técnicos, têm implícitos interesses político ideológicos na promoção e difusão internacional de imagens de “cidades-modelo”. Mediante a legitimação de “administrações urbanas competentes”, “gestões competitivas” ou “planejamento urbano estratégico”, as agências perseguem a reformatação do campo da administração pública e do Estado. (Sánchez, 2001, p. 34).

Aqui evidencia o valor simbólico do espaço através de atividades de representações. Portanto, é importante compreendermos que os espaços adquirem não apenas qualidades materiais, mas também valor simbólico. Cabe ressaltar que as representações simbólicas têm impacto sobre as avaliações e *rankings* de lugares e determinam parte considerável das escolhas locacionais. Estudos têm apontado a valorização do mercado imobiliário em regiões onde as bases comunitárias e ou as UPPs foram instaladas. Portanto, materialidade, representação e imaginação não são mundos separados. Há um complexo intercâmbio entre a transformação material e o simbolismo cultural, entre a reestruturação de lugares e a construção de identidades. Desse modo, a cultura é o meio que relaciona a textura da paisagem ao texto social (Sánchez, 2001, p. 35).

Esta seção apresenta os resultados iniciais da pesquisa: *Organização Social do Território: Homicídios de Jovens em Salvador*.

O levantamento realizado através dos boletins de ocorrência confirma que há concentração de homicídios nas regiões citadas na primeira seção deste artigo, sendo esta a periferia, subúrbio da cidade.

A Baixa do Fiscal – região que, segundo o IBGE, pertence ao bairro Calçada – é a localidade que apresenta considerável violência letal na cidade do Salvador. Em 2012, foram registrados oito dos dez homicídios de Calçada. Se considerarmos a população de todo o bairro, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes ao ano (referência utilizada pela ONU para medir a violência) chega a exorbitantes 526 – a média em toda a capital baiana para este ano foi de 65.

Observamos a diferença entre as taxas de homicídios, as mais baixas nos bairros nobres, em contraponto a uma alta violência na periferia e no subúrbio Ferroviário, onde fica a Baixa do Fiscal.

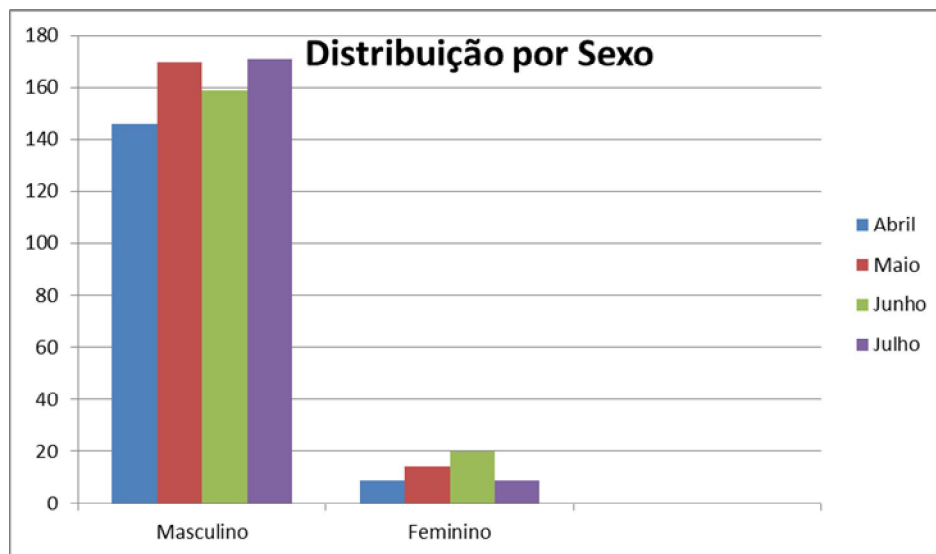


A 2,5 km dali, o bairro Lobato registrou o maior aumento no número de vítimas da violência. Passou de 11 homicídios na mesma quantidade de dias de 2011 para 22 mortes violentas em 2012, um aumento de 100% com relação ao ano anterior.

Se por um lado as cidades no século XXI, ou as cidades mercadorias, colocam em xeque a cidade democrática, a qual favorece os fluxos sobre os lugares, a privatização em detrimento do espaço público, pensar os homicídios de jovens na cidade de Salvador é reconhecer sobremaneira o divórcio da *urbs* e da *civitas*³². Nesta perspectiva, a valorização de determinadas áreas em detrimento de outras afeta a maneira de ser da sociedade e de uma categoria social, como a juventude. E mais, se a privatização sobrepõe-se ao público, o mercado ao Estado, e se a tendência é que os fluxos sobreponham-se aos lugares produzindo desterritorialização, por outro a política pública de segurança, com suas intervenções na dimensão espacial, sugere um esforço de reterritorialização. Ou seja, as novas conflitualidades e os novos padrões de mortalidade juvenil sugerem que nessas novas cidades, nas cidades mercadorias, coabitam desterritorialização e territorialização.

Apresentamos neste gráfico o levantamento dos Boletins de Ocorrências, correspondente aos meses de abril a julho de 2011, considerando a variável sexo.

Gráfico 1: Homicídios x Sexo



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, 2013.

³² Neste sentido ver: Mongin, O. (2009). A condição urbana: a cidade na era da globalização. São Paulo: Estação Liberdade.



Para os referidos meses abril, maio, junho e julho de 2011, a taxas assim se apresentaram: 155, 184, 179 e 180.

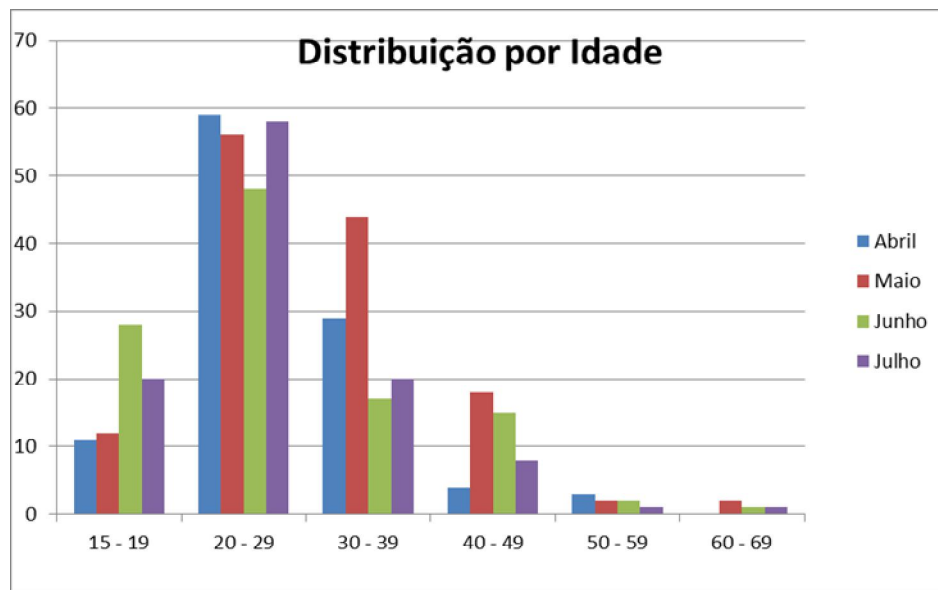
Verificamos que homens são as maiores vítimas de homicídio na cidade de Salvador e região metropolitana. No mês de abril, 146 homens foram mortos, para 9 mulheres no mesmo período. Maio registrou números maiores, com 170 homens e 14 mulheres; junho com 159 homens e 20 mulheres, e julho com 171 homens e 9 mulheres.

A juventude não se representa como uma categoria social apenas pelo atributo de idade; é, também, uma característica sociocultural. O jovem se assemelha a outros pelas condições socioeconômicas em que vive em determinada área de segurança pública, inclusive. Portanto, a juventude é uma categoria social que considera o fator biológico etário, e as condições sociais nas quais vive esse jovem. Neste sentido, os dados alarmantes apresentados ao longo deste trabalho apontam que os homicídios na cidade de Salvador estão colocando em risco determinada categoria social.

Os resultados da pesquisa apontam que a categoria social juventude é a maior vítima de homicídio. Neste sentido, há atributos que conferem maior vulnerabilidade: jovem, homem, negro e determinadas áreas integradas de segurança pública. Em que pesem os boletins de ocorrência não possibilitarem identificar a cor da vítima, a pesquisa de Wiselfisz (2012, 2013) aponta que são os jovens negros as maiores vítimas de homicídios no Brasil.

No gráfico a seguir, sobre homicídios na cidade de Salvador, Bahia, apresentamos os números distribuídos por faixa etária, conforme levantamento realizado em boletins de ocorrência no período de abril a julho de 2011.

Gráfico 2: Homicídios x Idade x Período



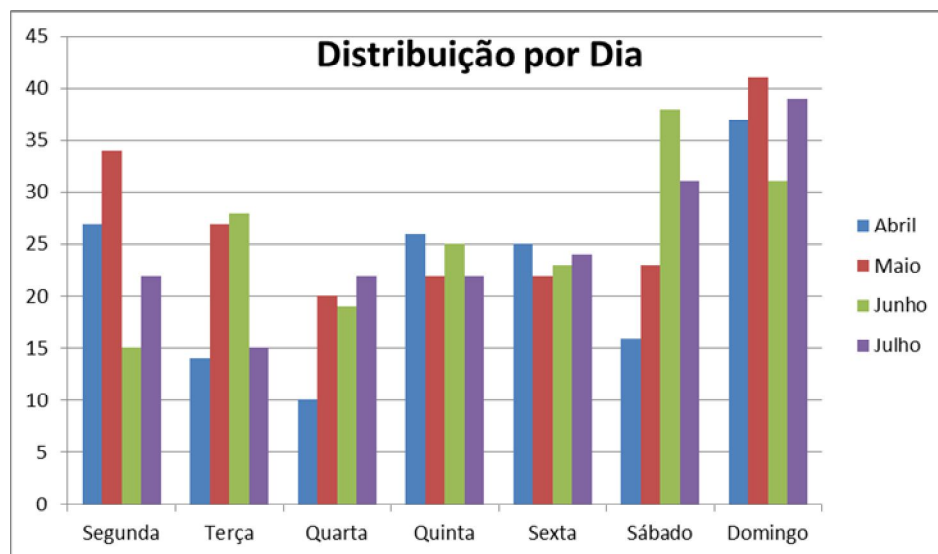
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, 2013.



Com base no levantamento dos boletins de ocorrências, observa-se que jovens entre 20 e 29 anos são as principais vítimas de homicídios, no período considerado. Na cidade, durante o mês de abril, foram 59 mortos; maio registrou 56 óbitos; 48 vítimas em junho e 58 mortes em julho. O gráfico mostra também as outras faixas etárias e os respectivos meses. De certa forma, podemos dizer que no levantamento realizado no mesmo período pelo *Jornal A Tarde* a incidência recai sobre a mesma faixa etária observada nos boletins de ocorrência.

A seguir, apresentamos a distribuição dos dados sobre homicídios, considerando os dias da semana. Mostramos os dias de maior incidência das mortes.

Gráfico 3: Homicídios x dia da semana x mês



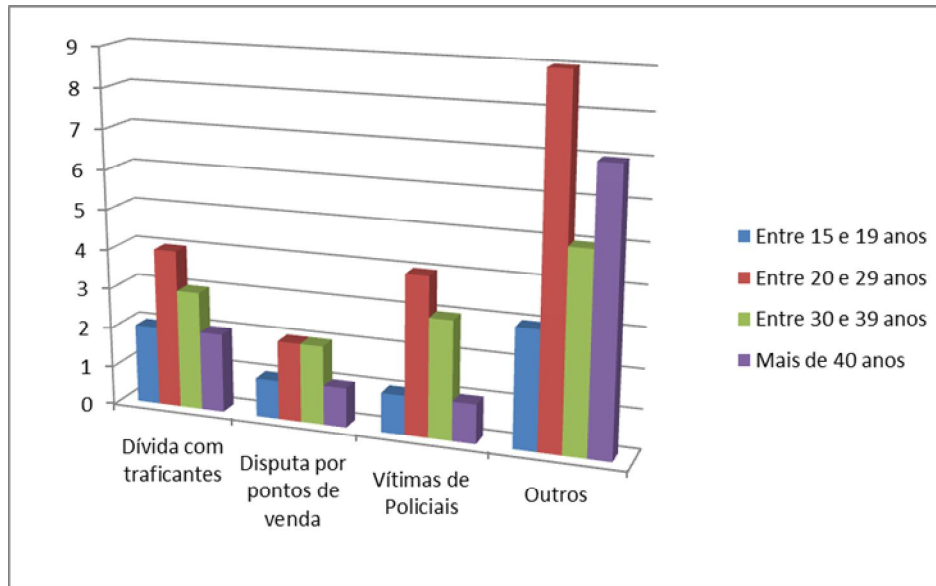
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, 2013. Levantamento em boletins de ocorrência; abril a julho de 2011.

Assim, com base na análise dos resultados apresentados, no levantamento realizado nos boletins de ocorrência, identificamos que os crimes predominam nos finais de semana em relação aos outros dias. Nos domingos do mês de abril encontramos números expressivos com 37 homicídios; em maio foram 41 mortes; em junho foram registrados 31 casos aos domingos e em julho foram 39 vítimas. Conseguimos observar, ainda, que, além de maior incidência em finais de semana (sábado e domingo), há prevalência no horário entre 18 e 23h59 min. Ou seja, sobretudo no final da tarde de sábado e ao longo dia de domingo.



Ainda que possamos observar o período, incidência de dias da semana e horário, a fonte Boletim de Ocorrências, conforme dados lançados no site da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, não possibilita identificarmos as motivações. Já a fonte *Jornal A Tarde* evidencia em algumas matérias sobre homicídios a motivação para os mesmos. Portanto, na sequência, apresentaremos os números de homicídios na capital baiana, considerando o período de abril a julho de 2011, identificando as idades da vítima e suas motivações.

Gráfico 4: Homicídio, as vítimas são homens, correlacionados com a idade e motivações



Fonte: *Jornal A Tarde*, de abril a julho 2011.

Com relação a dívidas com traficantes, notamos que quatro jovens entre 20 e 29 anos foram mortos. Três entre 30 e 39 anos, dois entre 15 e 19 anos e com mais de 40 anos. A dificuldade de escolha entre os motivos a serem explicitados no gráfico foi solucionada com ideia de representar os mais comuns e elucidativos, isso fica claro quando observamos os números das mortes sem identificação, classificados aqui como “outros”.

Podemos iniciar a análise do gráfico estabelecendo questões sobre sua legitimidade por conta do elevado número de casos sem a necessária identificação de seus motivos. Dessa forma, partimos para a análise dos dados relativizando-os com a intenção de possibilitar a relação com noções cotidianas de fácil alcance, na tentativa de exercitarmos uma abordagem axiológica que permita uma correlação inequívoca com as variáveis motivacionais desses crimes.

Conseguimos verificar facilmente no gráfico que há relativa proximidade dos números de vítimas de traficantes com as vítimas de agentes do Estado.



Jovens entre 20 e 29 anos, segundo o gráfico, são as principais vítimas de homicídios, dado que encontra correspondência com outras pesquisas quantitativas.

No Brasil, a falta de progresso na solução das problemáticas e preenchimento das lacunas no modelo atual de segurança pública serve para comprovar o gradativo aumento da mortalidade dos jovens vítimas de homicídios no país (Waiselfisz, 2012). Isso não seria diferente em Salvador marcada pelos seus altos índices de violência letal entre a população jovem.

Num contexto de segregação socioespacial encontrado em Salvador e região metropolitana, podemos identificar variáveis responsáveis pela emergência de “ilhas urbanas” marginais e criminalizadas: frágil intervenção do Estado no equacionamento da expansão espacial urbanística da cidade; desigualdade de oportunidades para ascensão socioeconômica de categorias menos privilegiadas (como o acesso dos jovens aos bens de consumo que são impostos pela sociedade); estagnação de políticas públicas que priorizem a qualificação profissional dos setores mais pobres e vulneráveis da população; redução dos postos de trabalho e sua estratificação. Esses são alguns dos elementos que reconstróem uma conjuntura formada nas metrópoles e que produzem consequências tanto no plano material quanto no plano simbólico (Carvalho; Souza; Pereira, 2004).

As cidades brasileiras, em especial as que possuem maiores potenciais turísticos, estão sendo projetadas mundialmente como mercadorias a serem consumidas por um mercado cada vez mais exigente. Como afirma Sánchez (2001), as cidades sofrem um processo de reestruturação urbanística voltada para a satisfação de uma política mundial que exige através de cidades-modelo um discurso local em consonância com a mídia e instituições supranacionais.

Esse paradigma que a cidade de Salvador adotou reflete diretamente na forma de relacionamento entre cidade e população. Delimitando seus espaços e reestabelecendo novas formas de convivência sempre voltada para a imagem que visa a sustentar, refletindo de forma direta em maior distanciamento social entre os grupos, acentuando a desigualdade e a segregação socioespacial responsável pelo aumento de comunidades marginalizadas e estigmatizadas.

REFERÊNCIAS

Borges, D. C. A. (2009). A pobreza como foco da desordem e da violência. Artigo não publicado, Unesp.

Carvalho, I. M. M., Souza, A. G. & Pereira, G. C. (2004). Polarização e segregação socioespacial em uma metrópole periférica. Caderno CRH, 17(41):281-297.



Costa, F. (2004). O lugar da violência: tipologias urbanas e violência em Salvador. In: O lugar da violência. Editais temáticos – segurança pública.

Dias, C., Silva, M. A. & Cordeiro, P. R. O. (2011). Segurança pública com cidadania e a base comunitária de segurança, do que se trata. In: A produção da cidade e a captura do público: que perspectivas urb. BA.

Mongin, O. (2009). A condição urbana: a cidade na era da globalização. São Paulo: Estação Liberdade.

Sánchez, F. (2001). A reinvenção das cidades na virada do século; agentes, estratégias e escalas de ação política. Revista Sociol. Polít. 16, 31-49.

Secretaria de Segurança Pública. (2008). Plano Estadual de Segurança Pública. Bahia.

Secretaria de Comunicação Social da Bahia. (2011). Governo da Bahia lança oficialmente o Programa Pacto pela Vida. Salvador. [Acesso em: 15/03/2013]. Disponível em: <http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2011/06/06/governo-da-bahia-lanca-oficialmente-oprograma-pacto-pela-vida>.

Secretaria de Segurança Pública. (2011). Pacto pela vida. Bahia.

Sposito, M. E. B. (2010). Capitalismo e urbanização. São Paulo: Contexto.

Waiselfisz, J. J. (2010). Mapa da violência. Anatomia dos homicídios no Brasil. Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos e FLACSO Brasil.

Waiselfisz, J. J. (2011). Mapa da violência. Os jovens do Brasil: homicídios de mulheres no Brasil. Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos e Flacso Brasil.

Waiselfisz, J. J. (2013). Mapa da violência: mortes matadas por armas de fogo. Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos e Flacso Brasil.